



INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 30 DE 23 DE JUNHO DE 2010.

Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre custas judiciais, emolumentos e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço Saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º é acrescentado à Tabela II, anexo I da Lei nº 5.526, de 26 de dezembro de 2005 – Lei das custas judiciais e emolumentos do Estado do Piauí, o subitem 26.04, com a seguinte redação:

TABELA II – DOS TABELIÃES DE NOTAS

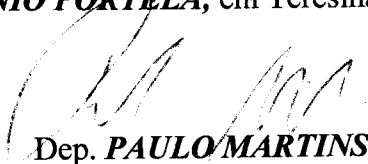
“

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
26 04	Procuração e substabelecimento outorgada por analfabeto com poderes para assinatura de contrato com instituição financeira, para obtenção de empréstimo junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.	10,00

”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, 23 de junho de 2010.


Dep. **PAULO MARTINS**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO PAULO MARTINS

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a
Kênia Dantas E. Carvalho
Diretora Legislativa
11.05.10

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 10 DE MAIO, DE 2010

LEDO DO INTERDITO

10/05/2010

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.526 de 26 de dezembro de 2005 que dispõe sobre custas judiciais, emolumentos e adota outras providências.

1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço Saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – É acrescentado à Tabela II, anexo I da Lei nº 5.526, de 26 de dezembro de 2005 – Lei das custas judiciais e emolumentos do Estado do Piauí, o subitem 26.04, com a seguinte redação:

“

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CARTÓRIO	EMOLUPT	VALOR	QAB	SELO
26 04	Procuração e substabelecimento outorgada por analfabeto com poderes para assinatura de contrato com instituição financeira, para obtenção de empréstimo junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.	10,00	-	-	-	

”

Artigo 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 10 de maio de 2010.

Deputado PAULO MARTINS

Deputado Paulo Martins
Av. Mal. Castelo Branco, S/N – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI

E-mail: paulomartins@alepi.pi.gov.br (0**86) 3133-3174/3138-3175

Órgão	02
Número	703/10
Data	11.05.10
Assunto	Proj. de Lei
Matrícula	
Rubrica	Paulo Martins



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO PAULO MARTINS

JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, resultado da luta do movimento social rural, surgiu como uma luz no horizonte de milhões de famílias agricultoras sem acesso ao crédito. Neste contexto, trabalhadores que jamais tiveram acesso aos bancos para financiarem suas produções e comercializações foram incluídos no mercado financeiro.

Ocorre que milhões de trabalhadores deste setor são analfabetos. Desta maneira para formalizar a contratação desse crédito, os bancos exigem que sejam outorgadas procurações públicas, que na tabela do Tribunal de Justiça do Piauí custa R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) sendo por isso muito oneroso para as famílias pobres do Piauí.

Por tal motivo justifica-se que os nobres Deputados e Deputadas do Piauí alterem a Tabela II, anexo I (Tabeliães de notas) do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para permitir que pequenos agricultores piauienses possam diminuir os custos da burocracia do Estado brasileiro sobre suas vidas.

Esses, nobres pares, os motivos pelos quais pedimos vosso apoio para a aprovação por considerarmos ser de relevante interesse social.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina 10 de maio de 2010.

Deputado PAULO MARTINS

Deputado Paulo Martins
Av. Mal. Castelo Branco, S/N – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI

E-mail: paulomartins@alepi.pi.gov.br (086) 3133-3174/3133-3175**



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 13 / 05 / 20

Elvágio
Convenção do Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antônio

Vitorino
para relatar.

Em 13 / 05 / 20

[Assinatura]
Presidente do Núcleo de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº: 30/10
PROCESSO : AL 703/10
AUTOR: PAULO MARTINS
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

Concedido vista ao processo
do Dep. mauro Baptista
Em, 08 / 06 / 10

Presidente da Comissão de Justiça

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Nº 30/10 que “**Acrésceta dispositivo à Lei nº 5.526 de 26 dezembro de 2005 que dispõe sobre custas judiciais, emolumentos e adota outras providências**”

II – PARECER

Da Consonância com a Constituição Estadual.

De acordo com o art. 95 do Regimento Interno, a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí exerce sua função legislativa através da proposição. Dentre estas proposições encontram-se os projetos de lei, como reza o art. 96, I, b:

“Art. 96 – As proposições se constituem em:

I – voluntárias:

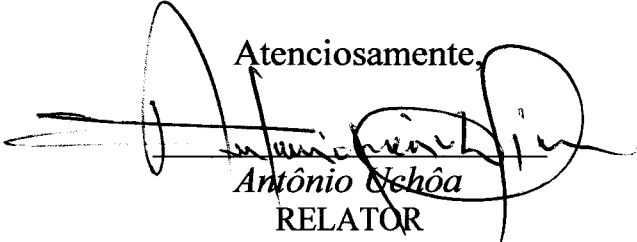
(...) b) Projeto de lei”.

III – VOTO

Com base **no direito ao acesso à justiça e no princípio constitucional da isonomia**, esta relatoria opina pelo normal tramite da presente proposição.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, 27 de maio de 2010

Atenciosamente,

Antônio Uchôa
RELATOR

Avenida Marechal Castelo Branco, s/n – Teresina-PI



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 30/10

PROCESSO AL 703/10

AUTOR: PAULO MARTINS

RELATOR: MAURO TAPETY

Pedido de Visto

VOTO em Separado

Solicito vistos da proposição nos termos do art. 47, Inciso XI e 62, inciso XVI, em um aspecto preliminar temos algumas considerações:

1 – A Principio na forma que está redigida fere dispositivos Infra-Constitucionais, Lei Complementar Federal 95, de 26 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei Complementar Federal nº 107 de 26 de abril de 2001 e Lei Ordinária Estadual 5.861, de 1 de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí.

2 – O artigo 29 do Ato das Disposições constitucionais transitórias assim dispõe:

“Art. 29. A fixação de emolumentos relativos aos serviços notoriais de registro, assim como das custas forenses, ficará sujeito à normas gerais estabelecidas em Lei Federal”...

3 – Fere a compensação financeira instituída pelo art. 8º da Lei 10.169 de 29 de dezembro de 2000, em favor dos Ofícios do Registro Civil, das despesas operacionais com os atos previstos na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, na forma a ser disciplinada pela Corregedoria Geral de Justiça;

Tendo em vista que dispõe o art. 114 e seguintes do Regimento Interno opino que a proposição seja transformada em INDICATIVO na forma anexa, pelo que votamos pela sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 23 de junho de 2010


Dep. **MAURO TAPETY**
Relator